



SUMÁRIO EXECUTIVO

PESQUISA DE PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE CONDIÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da
Universidade Federal Fluminense (DATAUFF)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brasília, abril de 2006

Sumário Executivo

PESQUISA DE PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE CONDIÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

1. Apresentação

A pesquisa ora apresentada, intitulada “Pesquisa de percepção dos beneficiários do Programa Bolsa Família sobre condições de segurança alimentar e nutricional”, foi executada no período de fevereiro a abril de 2006 pelo Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (DATAUFF) e pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com cooperação internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – carta acordo 04046012 – Fundação Euclides da Cunha (FEC).

O Programa Bolsa Família (PBF) insere-se no esforço do Governo Federal de combater a pobreza e ampliar o acesso ao alimento por meio da transferência de renda mínima diretamente às famílias brasileiras submetidas às condições adversas de vida. Traz na sua concepção, ainda, um leque de condicionalidades, que privilegia o fomento à realização de ações básicas de saúde com enfoque predominantemente preventivo, com vistas à melhoria das condições de saúde e nutrição em especial das crianças brasileiras.

O PBF, como parte da Estratégia Fome Zero, inspira-se na concepção de que a fome resulta da associação entre a pobreza e as desigualdades sociais e, sob a ótica da garantia do direito humano à alimentação, resgata um dos principais pilares da dignidade e do direito humano: a cidadania.

Assim, é importante conhecer como a clientela assistida pelo Programa, representada pelo responsável legal pelo recebimento do benefício, percebe as melhorias das condições de alimentação da família após o seu recebimento.

A informação da percepção das famílias de mudanças nas condições ambientais e de consumo alimentar pode se constituir em um instrumento que, associado a indicadores de segurança alimentar mais consistentes do ponto de vista científico, fornece subsídios importantes para a caracterização do grau de satisfação dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Neste sentido, foi conduzida uma pesquisa de opinião junto aos beneficiados do Bolsa Família de todas as regiões do país, com o objetivo de avaliar os efeitos do Programa no que tange à melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias,

com ênfase nas questões relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional. Para além destas questões mais substantivas, a pesquisa avançou também na identificação da opinião que a população beneficiária tem acerca do próprio Programa, bem como do mapeamento da forma como esta população compreende as vinculações institucionais e o enquadramento do Bolsa Família no binômio ajuda/direito.

Mais especificamente, portanto, os objetivos da pesquisa podem ser assim descritos: a) traçar o perfil dos beneficiados em relação a variáveis como sexo, idade, nível de renda, grau de instrução, tipo de ocupação, hábitos alimentares etc.; b) mapear os efeitos do Programa sobre a vida das famílias (com destaque para a alimentação); c) investigar a percepção sobre o funcionamento do Programa; d) avaliar o conhecimento sobre os vínculos institucionais do Bolsa Família.

2. Metodologia

Para dar conta do objetivo, foi utilizada a técnica de pesquisa quantitativa domiciliar do tipo *survey* por meio da aplicação de questionário fechado a 4.000 responsáveis legais pelo recebimento do benefício do PBF. Foram realizadas 3.000 entrevistas com beneficiados do Programa há pelo menos 12 meses ou mais, criando assim um grupo experimental, e outras 1.000 entrevistas com aqueles que são beneficiados há três meses ou menos, como controle.

A pesquisa foi realizada nos 26 estados e no Distrito Federal, em 53 municípios, incluindo-se todas as capitais. A amostragem de beneficiários do Programa foi realizada por sorteio probabilístico utilizando-se o cadastro de beneficiários.

Foram levantadas informações socioeconômicas e demográficas, além de dados sobre a suficiência de alimentos, número de refeições realizadas, gastos em alimentos no último mês, quantidade de alimentos consumidos após o recebimento do PBF, aumento na variedade de alimentos, dentre outros. Os entrevistados também foram questionados sobre sua opinião e avaliação do PBF, em que gastavam o benefício recebido e outras variáveis sobre as condicionalidades do Programa. Investigou-se o acesso à alimentação escolar para as crianças que frequentavam a escola.

3. Resultados

Os resultados apresentados se referem às famílias beneficiárias que participam do Programa há 12 meses ou mais.

Quase a totalidade dos entrevistados (93,9%) foi composta por mulheres. No que concerne ao nível de escolaridade, 35,1% eram indivíduos sem instrução e 34,9% dos indivíduos completaram apenas os primeiros anos de ensino (o equivalente ao antigo “primário”).

Entre os beneficiários entrevistados, 32,5% eram brancos; 48,4%, pardos e 16,8%, pretos. Comparada à composição racial da população brasileira no mesmo período, observa-se que, entre os entrevistados, houve uma sub-representação dos brancos e uma super-representação dos pardos e pretos.

No Brasil, em 2006, os brancos correspondiam a 53,7% da população e os pardos e pretos correspondiam, respectivamente, a 38,4% e 6,2%. Esse resultado é esperado, tendo em vista o que se sabe sobre a desvantagem econômica que os grupos pardos e pretos enfrentam em relação aos brancos.

A maioria dos entrevistados relatou que a renda familiar nos domicílios investigados no último mês se concentrava na faixa de 1 a 3 salários mínimos (56,8%), sendo que, em 41,8% dos domicílios, o valor relatado foi de até 1 salário mínimo.

As informações sobre escolaridade, raça e renda familiar, quando consideradas em conjunto, sugerem que a focalização do Programa corresponderia ao esperado.

Quanto à insegurança alimentar, 54% e 58,6% dos entrevistados avaliaram que a quantidade de alimentos consumidos, respectivamente, pelas crianças e pelos jovens e adultos do domicílio era suficiente.

Durante o período em que não eram beneficiárias do Bolsa Família, 87,5% das famílias dos entrevistados enfrentaram, alguma vez, o término dos alimentos antes que houvesse disponibilidade financeira para novas compras. Esse percentual sofreu redução após o ingresso no Programa: 82,6% das famílias investigadas passaram por essa situação em pelo menos um dos três meses anteriores à investigação.

Por volta de 48% dos entrevistados apontaram que, nos últimos três meses, alguma pessoa da família deixou de comer ou comeu menos porque havia insuficiência de comida. Antes de ingressar no Programa, o percentual de insuficiência chegava a 58,3%.

A maioria dos entrevistados indicou que a alimentação da família melhorou muito (18,7%) ou melhorou (66,9%) após a entrada no Programa. Para 14,2%, a situação não se alterou. O percentual de entrevistados que apontou uma situação de piora foi quase nulo (0,2%).

Em relação à quantidade de alimentos consumidos, 59,2% dos entrevistados relataram que houve aumento após o ingresso no PBF; para 40,4%, não houve alteração a esse respeito; apenas 0,4% considerou que houve diminuição.

Para 73,3% dos entrevistados, após o ingresso no Programa, a variedade de alimentos consumidos aumentou.

No que diz respeito ao tempo de duração dos alimentos comprados, os resultados apontam que, após o ingresso no Programa, houve: a) redução do percentual de famílias beneficiárias para as quais os alimentos comprados duram apenas uma semana; b) redução do percentual de famílias beneficiárias para as quais os alimentos comprados duram duas semanas; c) aumento do percentual de famílias beneficiárias para as quais os alimentos comprados duram entre três e quatro semanas (que passou de 31,1% para 54,5%).

Entre as famílias investigadas, o dinheiro oriundo do benefício foi gasto em primeiro lugar com alimentação (76,4%); em segundo e terceiro lugar estão, respectivamente, os materiais escolares (11,1%) e as roupas e calçados (5,4%).

Independentemente do valor do benefício recebido, nos casos em que a família tinha crianças, o consumo de leite foi maior (da ordem de 65% a 70%) quando comparado com o consumo daquelas que não contavam com crianças no domicílio (da ordem de 38% a 48%).

Identificou-se que, para 85,6% das famílias, a qualidade da alimentação melhorou depois que estas começaram a receber o recurso financeiro do Programa.

De um modo geral, pode-se considerar que o aumento da quantidade aliado à ampliação da variedade dos alimentos consumidos pelos beneficiários do Bolsa Família indica que o Programa tem oportunizado às famílias o poder de fazer escolhas.

Quanto à opinião e avaliação do Programa, os entrevistados referiram impacto positivo no tipo de tratamento que a família recebe em sua comunidade. Sentir-se mais bem tratado após passar a receber o benefício foi relatado por 41,6%, ao passo que, para 58,0%, não houve alteração a esse respeito; consideraram que eram pior tratados 0,4% dos entrevistados.

De maneira geral, o PBF foi bem avaliado por 88,7% dos beneficiários (categorias “bom” e “ótimo”). Para 9,8% do total de entrevistados, o Programa foi considerado “regular” e apenas 1,6% o considerou ruim ou péssimo.

O nível de confiança na continuidade do Bolsa Família foi diferenciado entre curto, médio e longo prazo. Para 88,9% dos entrevistados, o Programa continuaria no curto prazo; no médio prazo, essa confiança é referida por 69,8% dos entrevistados; 61,8% dos beneficiários acreditavam que o Programa continuaria por, pelo menos, mais dois anos.

A maioria dos entrevistados entendia que o Programa era uma ajuda do Governo às pessoas que necessitavam (76,9%). Apenas para 23,1% dos indivíduos o PBF era visto como um direito garantido.

4. Recomendações

Considerando-se que:

- ♦ a alimentação adequada em aspectos qualitativos e quantitativos é um direito humano universal;
- ♦ a alimentação adequada e variada é uma questão de segurança alimentar, ademais de se constituir em requisito essencial para o adequado estado de saúde e nutrição, promovendo assim as condições básicas para uma vida saudável, independentemente da idade;
- ♦ o nível de satisfação da população investigada em relação ao Programa foi bom neste estudo.

Recomenda-se:

- ♦ ampliar o acesso ao Programa Bolsa Família àquelas famílias ainda excluídas do benefício;
- ♦ garantir a ampliação do acesso e da qualidade dos serviços de saúde, para potencializar os efeitos positivos do recurso proveniente do Programa Bolsa Família no seio da unidade familiar;
- ♦ prover o acesso a outras condições essenciais que ampliem as possibilidades de inserção desta clientela no mercado de trabalho, objetivando a independência financeira, considerando o caráter transitório dos programas de suplementação de renda.

Ficha Técnica

Execução da Pesquisa

Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (DATAUFF)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Equipe Responsável

Victor Hugo Gouvêa
Salette da Dalt
Ana Marlúcia de Oliveira Assis
Maria da Conceição Monteiro

Unidades Responsáveis

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação
Rômulo Paes de Sousa

Diretora de Avaliação e Monitoramento

Jeni Vaitsman

Coordenadora-Geral de Avaliação e Monitoramento de Demanda

Leonor Maria Pacheco Santos

Equipe de Acompanhamento da Pesquisa

Flavia Conceição dos Santos Henrique
Micheli Dantas Soares

Secretária Nacional de Renda de Cidadania

Rosani Evangelista da Cunha

Edição e Diagramação deste Sumário Executivo

Revisão

Thaise Leandro
Silvia Maria Voci
Júnia Quiroga

Diagramação

Tarcísio Silva

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 323

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1509 | Fax: 3433-1529

www.mds.gov.br/sagi